

Versos do Cativo: um olhar sobre a imposição do nacionalismo chileno em Tacna e a resistência peruana na obra de Federico Barreto

Verses from Captivity: a look on the imposition of the Chilean nationalism in Tacna and the Peruvian resistance in the work of Federico Barreto

Mauricio Marques Brum¹

Resumo: Após a Guerra do Pacífico (1879-1883), na qual o Chile anexou territórios antes pertencentes à Bolívia e ao Peru, algumas regiões conquistadas procuraram se opor ao chamado processo de “chilenização”, pelo qual o governo chileno buscou impor sua nacionalidade sobre os povos derrotados. A província de Tacna foi o caso mais notório de resistência bem-sucedida, voltando ao controle peruano em 1929. Este artigo analisa o processo de imposição do nacionalismo chileno e a forma como a resistência foi tratada pelo poeta e jornalista local Federico Barreto (1862-1929), cujo trabalho é marcado por uma forte exaltação do nacionalismo peruano.

Palavras-chave: Chilenização de Tacna; Federico Barreto; Guerra do Pacífico.

Abstract: After the War of the Pacific (1879-1883), in which Chile annexed territories formerly belonging to Bolivia and Peru, some of the conquered regions sought to resist to the process of “Chileanization”, by which the Chilean government tried to impose its nationality on the defeated residents. The province of Tacna is the most notorious case of well-succeeded resistance, returning to the Peruvian control in 1929. This paper examines the imposition of the Chilean nationalism and how the resistance was treated by local poet and journalist Federico Barreto (1862-1929), whose work is marked by a strong exaltation of Peruvian nationalism.

Keywords: Chileanization of Tacna; Federico Barreto; War of the Pacific.

Introdução

Em 20 de outubro de 1883, quatro anos após o começo de sangrentos conflitos, os governos de Chile e Peru assinaram em Lima o Tratado de Ancón, formalmente pondo fim à Guerra do Pacífico, iniciada em 1879. Seis meses mais tarde, seria a vez da Bolívia: derrotada em aliança com os peruanos, a administração de La Paz também se viu sem alternativa que não fosse aceitar um acordo

¹ Mauricio Marques Brum é mestrando no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de pesquisa Relações de Poder Político-Institucionais, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

de cessar-fogo, no chamado Pacto de Trégua de 1884, ratificado vinte anos depois por um acerto definitivo de pacificação, o Tratado de Paz y Amistad de 1904.

Os termos dos dois pactos firmados ainda no século XIX eram extremamente benéficos aos chilenos vitoriosos. A Bolívia, por sua parte, abria mão de seus territórios litorâneos, que incluíam a cidade portuária de Antofagasta e, no interior, o importante reduto mineiro de Calama. Perdia assim não somente uma área fundamental na extração do salitre – cujos direitos de exploração estiveram entre as causas principais da guerra –, mas também seu único acesso ao Pacífico. Em troca, ganhava a solitária garantia de ter seu caminho até o oceano reaberto pela construção de uma ferrovia ligando La Paz à faixa de litoral recentemente conquistada pelo Chile frente aos próprios bolivianos e aos peruanos. Com o objetivo de justificar a demanda de Santiago pelos territórios que passavam a compor o norte do país, a historiografia oficial chilena logo tratou de amenizar a nova situação de nação encravada e sem costa a que a Bolívia foi reduzida:

Quando se habla de la *asfixia* en que vive Bolivia se comete una exageración en la que no muchos se han detenido a meditar. Un país no se ahoga porque no tiene salida propia al mar. La Suiza no tiene un puerto ni una zona marítima propia y, sin embargo, es uno de los países más prósperos del mundo. Una serie de ferrocarriles llevan y traen sus productos a las naciones vecinas o los llevan hasta el mar de donde salen al comercio del mundo. Esas líneas férreas constituyen verdaderas zonas libres, mejor dicho, verdaderas zonas suizas por las cuales respira la nación. A nadie se le ocurriría decir que Suiza está a merced de todas las naciones que la rodean [...] En el caso de Bolivia hay casi identidad.²

O acordo aceito pelo Peru também trazia alterações importantes à cartografia dos países em conflito. Pelos termos do Tratado de Ancón, o governo de Lima cedia ao Chile extensas áreas do que até então fora a região sul peruana, sob condições que diferiam conforme a localidade: enquanto o departamento de Tarapacá, onde ficava o importante porto de Iquique, passava “perpétua e incondicionalmente” às mãos de Santiago, acertava-se uma cessão limitada das províncias de Tacna e Arica, que poderiam ser ocupadas pelos chilenos durante dez anos, ao fim dos quais deveria realizar-se um plebiscito para determinar definitivamente a nacionalidade dos territórios em questão.

Tal votação, contudo, jamais ocorreria. A ocupação prevista para durar uma década se estenderia por quarenta e cinco anos, ao longo dos quais o Peru buscou reaver seu território sob mediação internacional, enquanto o Chile tentou promover um sistemático processo de “chilenização” das regiões ocupadas, no intento de mantê-las em definitivo. O chamado “periodo del cautiverio”, como foi extensamente nomeado pela historiografia peruana, somente encontrou uma resolução em 1929,

² VARAS, Carlos. *Tacna y Arica bajo la soberanía chilena*. Santiago de Chile: Imprenta de La Nación, 1922, p. 206.

quando os dois países voltaram ao tema, desenhando as fronteiras terrestres que mantêm atualmente: os chilenos mantiveram o controle de Arica, ainda hoje sua província mais setentrional, mas aceitaram devolver Tacna ao Peru.

É este período, entre o fim da Guerra do Pacífico em 1883 e as resoluções de 1929, que me interessa neste artigo. Enquanto a chilenização de Arica acabou por ser bem-sucedida, em Tacna a persistência de expressões do nacionalismo peruano acabou por garantir o retorno da região ao país em que se encontrava inicialmente. Revisitando a tradição acadêmica que discute os nacionalismos e a construção de identidades nacionais, bem como os estudos sobre a forma como elas se constituíram na América Latina, buscarei analisar a tentativa de chilenização de Tacna, observando a forma como a resistência dessa região foi tratada na obra do poeta e jornalista *tacneño* Federico Barreto (1862-1929), um dos mais conhecidos nomes locais na época. Alinhado “el cantor del cautiverio”, Barreto é considerado o principal contemporâneo ao processo de chilenização a denunciá-la na literatura, buscando uma exaltação da peruanidade no contexto de submissão em que Tacna então se encontrava.

O nacionalismo chileno e a conquista do Norte

Na discussão sobre a formação dos Estados-nação no continente americano, o caso do Chile costuma ser mencionado como um exemplo relativamente distinto da maioria dos outros países, em grande parte devido a uma forte identidade nacional que teria se estabelecido – ganhando ressonância e constância – antes de regiões vizinhas. Várias realidades se juntaram para que o Chile se enxergasse como relativamente isolado e distinto, entre elas o pouco interesse econômico despertado pela zona durante a época colonial que, ao reduzir o ingresso de novos habitantes, teria possibilitado um sentido de pertencimento aos que ali se encontravam, e uma espécie de afastamento geográfico que facilitaria o encerramento em si mesmo daquilo que viria a ser o Chile republicano. Tratava-se, afinal, de um território limitado por grandes barreiras naturais, as quais não eram facilmente transponíveis: fosse ao Norte, pelo deserto do Atacama; ao Sul, pelas imensidões geladas da Patagônia; a Oeste, pelo Pacífico; ou a Leste, pela cordilheira dos Andes.

Mas até que ponto se tratava de uma delimitação efetivamente *natural* a constituir esse caráter tão único que os chilenos atribuíam a si mesmos? Em sua célebre conferência de 1882 a respeito do tema das nações, um dos pontos discutidos por Ernest Renan era precisamente o postulado de uma natureza territorial. Ele, então, se questionava: era possível realmente dizer de uma nação que ela “tiene derecho a adjudicarse lo que precise para redondear ciertos contornos, para alcanzar tal

montaña o tal río a los que se atribuye una especie de facultad delimitadora *a priori*?”.³ Para Renan, tais discursos nada tinham de naturais e, ao contrário, eram evidente e extremamente arbitrários. E complementava: se o curso da história assim tivesse determinado, aspectos geográficos que naquele momento nada tinham de delimitadores – como os rios Loire e o Sena, no coração da França – poderiam ter a mesma função de fronteira “natural” que se dava sem grandes questionamentos a outros – como o rio Reno, na divisa com a Alemanha.

Embora pensadas no contexto europeu, as considerações de Renan podem ser recolocadas em outros casos, como o chileno: ali também havia limites apresentados como naturais e justificadores ancestrais do território de uma nação, limites que na realidade provinham do andar dos acontecimentos históricos – e que ainda estavam por ser elaborados, como as décadas após a Independência chilena demonstraram. A Patagônia e o Atacama só foram consagrados oficialmente como parte do Chile, em suas definições atuais, após uma série de conflitos e acordos que modificaram sua face ao longo do século XIX e, mesmo, nas primeiras décadas do século XX. No primeiro caso, o extremo meridional do mapa chileno só teve essa condição garantida após as lutas de conquista contra os índios Araucanos e, depois, nas disputas com a República Argentina sobre as regiões sulinas do continente. No segundo caso, como fica evidente pela Guerra do Pacífico, o desértico norte estava longe de ser naturalmente definido no mapa do Chile: sua extensão final seria muito maior do que aquela da época da Independência – mas, novamente comprovando a arbitrariedade de tais limites, seria ligeiramente reduzida após 1929, quando Tacna voltou ao controle do Peru. De modo que o deserto não bastava por si próprio para explicar o mapa do Chile, e certamente não se impunha como um delimitador *a priori* na forma e na área que acabaria tendo.

Como argumenta Stuart Hall, “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. E indicava, a respeito do caso inglês, mas também extensível a outros países: “Nós só sabemos o que significa ser ‘inglês’ devido ao modo como a ‘inglesidade’ (*Englishness*) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa”.⁴ No caso chileno, a versão de uma nação unitária dentro de seus específicos limites “naturais” tinha muito pouco de intrínseco aos seus habitantes. Longe de ser uma identificação que sempre existira, apenas aguardando o momento da Independência, era uma elaboração ocorrida desde antes da emancipação política do Estado em relação à Espanha – elaboração que se deu não pela presença prévia de uma nação identificada como tal por todos os futuros “chilenos”, mas sobretudo a partir de uma identificação existente na região central do país, em

³ RENAN, Ernest. ¿Qué es una nación? [1882]. In: FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro (comp.). *La Invención de la Nación: Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha*. Buenos Aires: Manantial, 2000, p. 64.

⁴ HALL, Stuart. As culturas nacionais como comunidades imaginadas. In: _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 48-49.

idades como Santiago e Valparaíso, e que a partir dali, pelas vozes da elite *criolla* que comandaram o processo de Independência, se constituiu como discurso unificador de outras áreas.

O Chile, qual ocorreu com os outros Estados-nação da América do Sul, também precisou se constituir enquanto tal – e o próprio discurso da excepcionalidade e do isolamento passava por essa construção de uma “comunidade imaginada”, para usarmos o termo consagrado de Benedict Anderson⁵, uma comunidade que se identifique como tendo traços em comum e elabore uma visão de si mesma e de seu passado. Trata-se de uma construção que busca não somente essa visão de uma nacionalidade comum, mas mesmo sua naturalização como algo que independe do Estado ou – através de discursos que buscam localizar a origem da nação num passado imemorial – da própria História. Como observou Ernst Gellner, se podemos imaginar uma situação social em que o Estado não exista, é muito mais difícil conceber a ideia de um homem sem nação: “ter uma nacionalidade não é uma característica inata do ser humano, mas chega a parecê-lo”. No entanto, “as nações, tal como os Estados, são uma contingência e não uma necessidade universal. Nem os Estados nem as nações existiram sempre e em quaisquer circunstâncias”.⁶

A questão, portanto, era não somente explicar a singularidade de determinada nacionalidade, mas também estabelecer uma ideia de continuidade que, no caso dos países latino-americanos, precedesse a própria autonomia política, fortalecendo o discurso da nação intrínseca, com seu território já definido quase que por destino:

Antes do século XIX, a América ibérica estava incorporada aos Estados imperiais português e espanhol, a foi somente com a desestrutura destes que se formaram os Estados independentes (nacionais); contudo, no anseio de estabelecer continuidade entre aqueles dois períodos, na busca de uma ancestralidade pressuposta nas ideologias nacionalistas do século XIX, a *nação* foi comumente tomada como preexistente, ou seja, haveria, já nos séculos XVI, XVII e XVIII uma nação “brasileira”, “argentina”, “uruguaia” em gestação. Nessa linha argumentativa, tão bem desconstruída nas últimas décadas pela obra de José Carlos Chiaramonte, o *território* oferecia um sedutor ingrediente: [...] toda uma linhagem historiográfica brasileira, argentina e uruguaia [acrescentaríamos: e chilena] encarregou-se de conferir também ao território nacional uma existência ou configuração pré-nacional embrionária.⁷

Mesmo no Chile, que costumeiramente aparece como exemplo de uma nacionalidade mais ferreamente constituída desde a Independência do que países como a Argentina, a construção de uma

⁵ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁶ GELLNER, Ernst. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993, p. 19.

⁷ PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata 1808-1828*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 21.

identidade seguiu os mesmos passos da “*check-list* identitária” que, segundo Anne-Marie Thiesse, “é a matriz de todas as representações de uma nação”.⁸ No Chile, como nas nações vizinhas – e, de fato, em qualquer nação moderna –, houve o estabelecimento de narrativas que contemplassem “ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação através das vicissitudes da história, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, uma paisagem típica, um folclore...”⁹

Especificamente no caso da continuidade histórica e dos ancestrais fundadores, vale mencionar o caso dos países que focalizamos aqui: enquanto no Peru se buscava francamente um laço com as glórias atribuídas ao Império Inca¹⁰, no Chile se procurava exaltar simultaneamente a irredutibilidade do povo araucano e a bravura dos *criollos* como fundantes da identidade nacional, ainda que nos dois casos a autonomia e a liderança política estivessem nas mãos das elites descendentes de europeus. “El indigenismo criollo no se ideaba como un proyecto político sino que era un instrumento político”, como observa Hans-Joachim König¹¹. Sem pretensão de empoderar os povos indígenas dentro do projeto de construção da nação, uma vez que os próprios *criollos* tinham parte no histórico de exploração e violência contra os nativos (e de forma dramática no Chile, onde a submissão definitiva dos araucanos só se efetivou *depois* da Independência), o que se buscava era um discurso legitimador em mais de um sentido – primeiro, legitimador da autonomia política em relação à Espanha, colocando os *criollos* como “americanos” ao lado dos povos originais; depois, como maneira de criar a ideia de uma nacionalidade comum que incluísse esses territórios historicamente alheios às comunidades de descendentes europeus, como ocorria no próprio sul do Chile. Inimigos históricos de espanhóis e *criollos*, os araucanos subitamente se tornaram uma expressão da “chilenidade”, ainda que na prática seguissem marginalizados.

De todo modo, se a geografia teve um papel, não foi como base de um nacionalismo intrínseco, mas como facilitadora para que – no caso chileno – o domínio político da região central pudesse se estender ao norte e ao sul, com pouca influência dos países vizinhos sobre os povoamentos mais remotos e distantes do eixo Santiago-Valparaíso. A própria maneira como o Chile se constituiu politicamente evitava que esses lugares se identificassem de outra forma ou, mesmo, pensassem numa improvável autonomia em relação à república nascente. Com efeito, o Chile se apresentava como excepcional em relação ao contexto sul-americano, e isso se devia a algo mais do

⁸ THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002, p. 9.

⁹ *Ibidem*, p. 8-9.

¹⁰ COSAMALÓN AGUIAR, Jesús. El nombre del Perú. Identidad y cambio en los primeros años de la República. In: CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS, Aimer (comp.). *Crear la nación: Los nombres de los países de América Latina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008, p. 155-172.

¹¹ KÖNIG, Hans-Joachim. Nacionalismo y Nación en la Historia de Iberoamérica. In: KÖNIG, Hans-Joachim; PLATT, Tristan; LEWIS, Colin (coord.). *Estado-nación, Comunidad Indígena, Industria: Tres debates al final del milenio*. Ridderkerk: Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos, 2000, p. 32.

que sua característica de território que parecia definido naturalmente: também se mencionava sua estabilidade política pouco usual em comparação com as nações vizinhas. Esta última, contudo, tinha pouco a ver com a placidez percebida nos discursos oficiais – vinha, na realidade, ao custo de um forte autoritarismo que marcou a formação daquele Estado-nação:

¿Cuál fue el precio pagado por la sociedad chilena para alcanzar la posición excepcional que se le atribuía en el contexto latinoamericano? Sin duda, el autoritarismo, materializado en un arsenal de modalidades represivas contra la “anarquía”, “los perturbadores del sosiego público”, la conspiración, la prensa opositora y hasta el teatro subversivo. Como la realidad del siglo XIX lo muestra, y ha sido estudiado y acreditado, “estas modalidades represivas, tales como allanamientos de casas, prisiones arbitrarias, censura, confiscación de bienes, tortura, exilio y fusilamientos, sin el debido proceso, perdurarían en la cultura política de la república”.¹²

As “modalidades repressivas” vivenciadas pelo Chile ao longo do século XIX, como o pesado preço cotidiano pago pela sociedade para que o Estado pudesse manter sua unidade “estável”, e para que a nação seguisse configurada daquela forma, seriam repetidos nos territórios conquistados após a Guerra do Pacífico, como parte do processo de “chilenização” que se tentaria levar a cabo. O isolamento geográfico, neste caso, jogava para os dois lados: assim como mantinha os pontos remotos do mapa chileno relativamente alheios a influências externas, evitava que o governo central do Chile, até o momento da guerra, conseguisse alcançar essas comunidades fronteiriças sobre as quais dizia ser soberano.

Daí a necessidade de uma implementação sistemática de valores chilenos no momento da conquista, recorrendo muitas vezes a elementos francamente autoritários. Destacam-se episódios como a deportação massiva de habitantes em cidades como Iquique ou Arica, a exigência de serviço militar obrigatório – no Exército Chileno, evidentemente – que gerou a fuga de muitos jovens de Tacna para Lima, e o massacre de mineiros grevistas – grande parte deles peruanos – na Escola Santa María de Iquique, em 1907. Com efeito, como veremos mais abaixo, muitos autores apontam este último episódio como um ponto de virada na relação dos chilenos com os territórios conquistados, quando o temor por novas insurreições tornou a violência – efetiva ou simbólica – mais ostensiva, fazendo com que o Chile adotasse, já entrado no século XX, práticas que haviam sido fundantes de seu nacionalismo no século anterior.

¹² SAGREDO BAEZA, Rafael. Chile: de fines terrae imperial a “copia feliz del edén” autoritario. In: CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS, Aimer (comp.). *Crear la nación: Los nombres de los países de América Latina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008, p. 60.

A chilenuzação em marcha

Que a Guerra do Pacífico teve fortes motivações econômicas, com a busca do controle sobre territórios ricos em guano e salitre, então vastamente usados como fertilizantes, já é uma situação aceita pela maioria dos pesquisadores dedicados ao período. Mas a justificativa oficial que se construiria nas décadas seguintes ao conflito daria também tonalidades nacionalistas à demanda chilena pelas terras do que acabaria se tornando seu novo extremo norte geográfico. De forma até certo ponto paradoxal, ganhou força um discurso que mesclava o direito “natural” do Chile sobre aquela zona a uma incerteza quanto aos limites reais do país, que teriam sido legados ainda dos tempos coloniais:

Desde luego las causas originarias y primitivas [del conflicto] se encuentran en la falta de límites territoriales bien establecidos en que España dejara por siglos a las comarcas del nuevo mundo, tan apartadas de su Gobierno y poderío. No era fácil en aquellos tiempos remotos delimitar geográfica y políticamente territorios tan extensos como los de América y tan inexplorados. Los países de la Corona quedaron más o menos limitados por linderos ideales, escasamente identificables a los ojos de una mensura estricta.¹³

Independentemente das contestações a respeito da soberania sobre as regiões de Tarapacá, Arica e Tacna – bem como da região de Antofagasta, no litoral boliviano, cujas especificidades não exploraremos nesse artigo –, a realidade prática era que, no momento da guerra, já se haviam passado quase sete décadas desde a emancipação política de Chile, Bolívia e Peru. Por mais difusas que pudessem parecer as fronteiras efetivas, ao menos nas principais cidades de cada província estava muito claro a que nacionalidade seus cidadãos pertenciam oficialmente. Assim, no momento em que os tratados de paz de 1883 e 1884 garantem ao Chile a cessão, temporária ou definitiva, de territórios, o governo de Santiago se vê diante da necessidade de estabelecer um discurso nacionalista que não tem a simples função de formação, como nos tempos da Independência: emerge a necessidade primordial de *substituir* uma outra ideia de nação, aquela difundida pelos governos boliviano e peruano nas regiões que até ali controlavam.

Em alguns casos, isso se daria de forma radical, com a deportação forçada ou emigração voluntária de milhares de antigos habitantes, algo particularmente observado nas regiões que os acordos passaram às mãos do Chile incondicionalmente, onde a própria legalidade estabelecida após a guerra só permitia essa retirada ou a assimilação sem resistência. Em Arica e Tacna, contudo, a

¹³ VARAS, Carlos. *Tacna y Arica bajo la soberanía chilena*. Santiago de Chile: Imprenta de La Nación, 1922 p. 42.

situação foi sensivelmente distinta. Ali, o Chile não havia garantido a posse do território à “perpetuidade”, como rezavam os acordos sobre Tarapacá e Antofagasta: mesmo que os subterfúgios políticos tenham estendido a administração chilena sobre essas regiões por muito mais do que os dez anos inicialmente previstos, durante todo o período em que o Peru exigiu retomar o controle de tais zonas subsistiu a expectativa de um plebiscito sobre a nacionalidade. Deste modo, deu-se início a um processo conhecido como “chilenização”, em que se buscou inculcar de distintas maneiras entre a população peruana de Tacna e Arica os valores de um “bom chileno”. Buscava-se, para todos os efeitos, desvincular os territórios do caráter de peruanos, imprimindo-lhes características chilenas. Ou, em outros termos:

Chilenización significa, para quienes lo diseñaron y aplicaron, una política. Una política de convertir a la población de Tacna y Arica en personas que escogieran una nueva nacionalidad o en el peor de los casos reemplazar a los peruanos por población chilena. El objetivo de esta política fue ganar el plebiscito pactado en el tratado de Ancón de 1883.¹⁴

Segundo Rubén Pachari Romero, o processo se dava por duas vias: uma delas oficial, com as ações do Estado na educação e na administração pública; e a outra não-oficial, realizada em paralelo às políticas de Estado e experimentada no dia a dia, através de hostilidades cotidianas com que alguns dos novos habitantes vindos do Chile teriam buscado intimidar os antigos moradores e subjugar qualquer resquício da antiga nacionalidade. Neste segundo caso, é particularmente notório o exemplo das autoproclamadas Ligas Patrióticas, de tom francamente xenófobo, formadas por chilenos em meio ao furor nacionalista que acompanhou os festejos do Centenário da Independência do país, em 1910.¹⁵

As Ligas Patrióticas ganham força num momento em que a própria chilenização “oficial” parece sofrer uma virada, deixando de buscar uma mera assimilação institucional – através do ensino, por exemplo – e adotando medidas radicais, como a repressão a movimentos que exaltassem o nacionalismo peruano, chegando ao extremo de deportar antigos moradores. Com efeito, distintos autores coincidem na divisão dessa chilenização em uma primeira fase amena seguida por uma etapa mais enérgica. Willy Guevara, em um texto didático, diz ter havido até a virada do século uma “chilenización cortés”, com o objetivo de angariar simpatias entre os locais: “Pusieron especial cuidado en la creación de centros educativos, en la fundación de nuevos periódicos, estableciendo una administración eficaz al servicio de la comunidad. El gobierno chileno seleccionó a sus mejores

¹⁴ PACHARI ROMERO, Rubén. La chilenización de Tacna. *Revista Percepción*, v. 3-4, Arica, 2000, p. 106.

¹⁵ Para um estudo exaustivo sobre as Ligas Patrióticas nas regiões conquistadas pelo Chile na Guerra do Pacífico, cf. GONZÁLEZ MIRANDA, Sergio. *El dios cautivo: las Ligas Patrióticas en la chilenización compulsiva de Tarapacá (1910-1922)*. Santiago de Chile: LOM, 2004.

cuadros para ejercer la autoridad en los territorios ocupados”.¹⁶ A esta fase “cortês” teria se seguido, nas palavras do autor, uma “chilenización canalla”, agressiva e violenta, marcada pelo fechamento de escolas, a substituição de sacerdotes católicos peruanos por chilenos, a sabotagem a sindicatos – particularmente no porto de Arica –, e a expulsão em massa dos velhos habitantes. Conforme comenta Paula Hurtado López:

La fase conocida como la “chilenización violenta” se extendió entre los años 1900 y 1926 aproximadamente y se manifestó con mayor intensidad a partir de 1908. Se caracterizó por el establecimiento de un programa fundamentado en la violencia y en la hostilidad y que contemplaba una serie de medidas radicales en perjuicio de los peruanos, tales como la clausura de escuelas e iglesias, la expulsión de maestros y sacerdotes, la censura de la prensa y la destrucción de imprentas, así como la expulsión progresiva y en masa de los peruanos, todo ello con el objeto de impedir la transmisión de los valores patrios peruanos y de reducir a la mínima expresión sus instancias de manifestación pública.¹⁷

A escalada de violência e radicalismo e o aparecimento das Ligas Patrióticas decorreram de vários fatores, mas o episódio costumeiramente apontado como estopim para uma nova investida na chilenezação se deu em 1907 em Iquique: a trágica paralisação dos mineiros do salitre, que vieram do deserto até a cidade portuária para reclamar melhores condições de trabalho. Com a participação de muitos trabalhadores peruanos, o movimento foi brutalmente encerrado pelo massacre promovido por forças militares no pátio da Escola Santa María de Iquique, onde os grevistas estavam concentrados – estima-se que cerca de 2 mil pessoas tenham morrido no episódio. Justamente por ter ocorrido em Tarapacá, a região conquistada que, pelo acordo, sequer poderia ter seu retorno ao Peru cogitado pela população submetida, o episódio de Iquique teria sido instrumental para colocar o governo chileno em alerta para a possibilidade de possíveis insurreições em Arica e Tacna, onde o controle era mais tênue.

Nesse contexto, em 1910, num dos episódios mais recordados da época da ocupação chilena, o governo de Santiago expulsou os sacerdotes peruanos das duas cidades, gerando o rompimento temporário das relações diplomáticas entre Peru e Chile. “El culto religioso quedó suspendido en ambas ciudades y en toda la zona desde marzo de 1910 y el gobierno chileno estaba resuelto a impedir que lo ejercieran sacerdotes peruanos. Los tacneños y ariqueños peruanos se quedaron sin misas, confesiones o comuniones”, registra Jorge Basadre¹⁸, e a desproporção do tratamento conferido

¹⁶ GUEVARA, Willy. *Tacna, la chilenezación imposible. Visión del proceso de chilenezación de Tacna y Arica (1880-1929)*. Edición para distribución virtual, 2012, p. 13.

¹⁷ HURTADO LÓPEZ, Paula. Sin Dios ni ley: violencia, incomprensión y desamparo. La situación de Tacna, Arica y Tarapacá tras la Guerra del Pacífico, a la luz del diario El Comercio y la revista Variedades, 1910-1912. *Letras Históricas*, n. 2, Guadalajara, primavera-verano 2010, p. 142.

¹⁸ BASADRE, Jorge. *La vida y la historia. Ensayos sobre personas y lugares*. Lima: Taller Industrial Gráfica, 1981, p. 23.

pela Igreja aumentava o sentimento de indignação entre os locais: “La Santa Sede [...] autorizó, sin embargo, en 1910 el nombramiento de un vicario castrense para el ejército y la armada chilenos”.¹⁹ Não era a primeira vez que a Igreja Católica se colocava no centro da disputa territorial: ela já havia tido papel proeminente na elaboração do discurso nacionalista chileno durante a própria Guerra do Pacífico, como demonstrou Carmen McEvoy²⁰, construindo uma justificação “eterna y sagrada” que consagrasse a causa do Estado e mobilizasse a população durante o conflito.

Mas, possivelmente ainda mais que a Igreja, a Escola e o Exército tiveram papéis funcionais preponderantes na busca pela chilenização das regiões ocupadas. Há vasta tradição na abordagem do papel do ensino na consolidação de um ideário nacional, e aqui nos limitaremos a citar algumas considerações mais gerais. Ainda que boa parte dos autores utilizados tenha em vista o caso europeu, onde na virada do século XIX para o XX o ensino primário estava mais bem estabelecido e capilarizado do que na América Latina, o papel adquirido pelo sistema escolar na busca por inculcar uma série de valores e uma cultura nacional é análogo nos dois casos. Pierre Bourdieu, então, postula:

Ao impor e inculcar universalmente (nos limites de seu âmbito) uma cultura dominante assim constituída em cultura *nacional legítima*, o sistema escolar, particularmente através do ensino da história e, especialmente, da história da literatura, inculca os fundamentos de uma verdadeira “religião cívica” e, mais precisamente, os pressupostos fundamentais da imagem (nacional) de si.²¹

Eric Hobsbawm, que também recorre à ideia da nação como uma religião cívica, argumenta que ela “oferecia um elemento de agregação que ligava todos os cidadãos ao Estado, um modo de trazer o Estado-nação diretamente a cada um dos cidadãos e um contrapeso aos que apelavam para outras lealdades acima da lealdade ao Estado”.²² Nesse cenário, o sistema escolar exercia um papel fundamental na missão de ensinar as crianças a serem boas cidadãs: “até o triunfo da televisão, não houve meio de propaganda secular que se comparasse à sala de aula”.²³

Por meio do fechamento de escolas peruanas e da substituição do currículo por aquele ensinado no Chile, buscava-se a inculcação, desde muito cedo, dos mesmos elementos que vinham formando os cidadãos chilenos havia décadas. Isso se desenrolava não apenas pelo conteúdo apresentado em sala de aula, mas pelos rituais rotineiros – como a execução do hino nacional chileno

¹⁹ Ibid., p. 23.

²⁰ McEVOY, Carmen. De la mano de Dios. El nacionalismo católico chileno y la Guerra del Pacífico, 1879-1881. *Histórica*, v. 28, n. 2, Lima, 2004, p. 83-136.

²¹ BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado. In: _____. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. 11ª ed. Campinas: Papirus, 2011, p. 106.

²² HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios 1875-1914*. 16ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013, p. 237.

²³ Ibid., p. 238-239.

a cada manhã –, e o oferecimento de oportunidades – geralmente na capital chilena – aos alunos que se destacavam entre os demais: “Los directores de dichos establecimientos procuraban ganarse a la causa de su país a los alumnos más distinguidos y en algunos casos les ofrecían becas en Santiago. El himno nacional chileno se cantaba diariamente en los liceos”.²⁴

Finalmente, estava o Exército, exercendo a seu modo uma função também disciplinadora e visando ao fortalecimento de um sentimento patriótico em relação ao Chile. As instituições castrenses também tinham função múltipla: a instalação de regimentos nas cidades ocupadas servia para manter um rígido controle sobre elas, ao mesmo tempo em que o serviço militar obrigatório infligido aos jovens peruanos – através da imposição da nacionalidade chilena nos documentos oficiais – complementava a formação de caráter nacionalista nos anos que se seguiam à escola.

Tal estratégia, no entanto, não surtiu os efeitos esperados – algo que se observou muito mais em Tacna do que em Arica, pelas características da cidade, conforme comentaremos mais abaixo. Como observou Raúl Palacios²⁵, a passagem à clandestinidade de atos de exaltação do nacionalismo peruano, banidos quase que por completo do espaço público, fez com que surgisse uma cultura de resistência subterrânea, que contrariou os interesses chilenos e aumentou o vínculo de muitos dos antigos habitantes com a nacionalidade peruana. Quanto ao Exército, por exemplo, muitos jovens descumpriam a obrigação de prestar o serviço militar emigrando para Lima ou outras cidades do Peru, gerando um fenômeno demográfico: a flagrante desigualdade populacional entre homens e mulheres daquela faixa etária, sobretudo em Tacna.

Tratava-se, observamos antes, de uma luta não por simplesmente implantar um nacionalismo chileno, mas de *substituir* um sentimento peruano já existente e inculcado através de quase um século por outro alienígena – uma missão difícil num contexto como o *tacneño*, em que, ao contrário de Arica, o perfil populacional anterior à guerra se manteve muito mais constante no período de ocupação chilena. Como comenta o historiador Jorge Basadre em sua memória autobiográfica, recordando os dias da infância pasados em Tacna (Basadre nasceu em 1903): “De niño, el Perú fue para mí, como para muchos, lo soñado, lo esperado, lo profundo; el nexo que unía a la lealtad al terruño y al hogar que invasores extraños y abusivos quisieron cortar, la vaga idea de una historia con sus grandes fulgores y sus numerosas caídas y la fe en un futuro de liberación”.²⁶ Ainda que clandestino, o sentido de pertencimento ao Peru permanecia na vida privada.

Entre as expressões mais claras da resistência do sentimento nacional peruano estavam atos de desobediência civil, como a tentativa de realizar procissões com a bandeira alvirrubra do Peru nas

²⁴ BASADRE, Jorge. *La vida y la historia. Ensayos sobre personas y lugares*. Lima: Taller Industrial Gráfica, 1981, p. 24.

²⁵ PALACIOS RODRÍGUEZ, Raúl. *La chilenización de Tacna y Arica 1883-1929*. Arica: Editorial Arica, 1974.

²⁶ BASADRE, Jorge. *La vida y la historia. Ensayos sobre personas y lugares*. Lima: Taller Industrial Gráfica, 1981, p. 37.

datas que representavam os feriados nacionais daquele país, ou os versos incorporados ao cancionero popular como forma de ironizar os chilenos. Também existiram trabalhos mais eruditos, caso dos textos presentes nos jornais de resistência, censurados e fechados a partir da década de 1910 pelas autoridades chilenas, e outros textos que seguiriam sendo publicados em Lima – e levados a Tacna em segredo –, como a obra poética de Federico Barreto, que comentaremos a seguir.

“El cantor del cautiverio”

Nascido em Tacna em 8 de fevereiro de 1868, apenas uma década antes do início da Guerra do Pacífico e de suas repercussões tão acentuadas para a vida da região, Federico Barreto Bustíos era filho de um coronel do Exército Peruano e cresceu em um ambiente familiar marcado pela exaltação das tradições e valores nacionais. Tendo vivido desde a infância rodeado pelo conflito e, em seguida, pela ocupação chilena, sua trajetória pessoal e artística acabou se tornando fortemente ligada ao contexto da chilenização de Tacna pelos vencedores da guerra. O posicionamento político de Barreto, demonstrado em seus textos em prosa e verso, ajuda a compreender as resistências cotidianas de muitos peruanos que, mesmo se ainda fossem demasiado jovens no momento em que a presença chilena teve início, foram influenciados pela geração anterior e se tornaram depois vozes de uma oposição à situação vivida na região durante as décadas que se seguiram ao conflito.

Federico Barreto dedicou a vida inteira a uma intensa produção jornalística e literária, que em muitos momentos procurou exibir contrariedade aos elementos do nacionalismo chileno pregados durante a ocupação de sua cidade natal. Seus textos, em alguns momentos, denunciam o que consideram uma opressão estrangeira e, em outros, ainda mais frequentes, tratam de glorificar aspectos caros à peruanidade – como na saudação que presta a símbolos nacionais, a exemplo da bandeira, ou então a indivíduos que passaram ao panteão dos heróis peruanos, sobretudo nomes que haviam lutado diante do Chile na guerra iniciada em 1879, como Alfonso Ugarte e Francisco Bolognesi. O contexto, o teor dos seus trabalhos e a própria forma como os textos eram publicados – Barreto começou publicando em jornais contrários à ocupação chilena e, após a censura destes, passou a imprimir seus versos em solo “estrangeiro”, em gráficas localizadas em Lima – renderam-lhe a alcunha de “cantor del cautiverio”, o cantor do cativo.

No jornalismo, entre várias publicações da qual fez parte, Barreto colaborou notavelmente com o periódico *La Voz del Sur*, cuja intenção de resistência ficava explícita já no próprio nome escolhido para a publicação: pretendia ser a voz de uma Tacna que, ao ser visualizada no mapa, estivesse situada no sul do território peruano, e não no extremo norte chileno. O posicionamento político do jornal levaria à censura e à destruição de seu parque gráfico em 1911 e, ironicamente, dado que Barreto se

tratava de um homem que manifestava seu pensamento nacionalista muitas vezes sob a forma de poesia, também foi em verso que alguns chilenos ou pró-chilenos radicados em Tacna lançaram provocações contra o jornal e o próprio poeta: versos como “No queremos más panfletos/ ni Freires ni Barretos²⁷” ou “Conviene darle franco pasaporte/ a *La Voz* que no quiere ser del norte²⁸” tornaram-se conhecidos nos dias em que *La Voz del Sur* esteve malvista pelas autoridades chilenas.

De fato, Federico Barreto não foi o único a utilizar uma linguagem em verso para se manifestar politicamente entre os *tacneños* contrários à tentativa de chilenização. De modo que, antes de entrarmos especificamente na obra do autor, é conveniente citar alguns versos populares que circulavam na época e foram recompilados posteriormente pelo historiador local Jorge Basadre, que as identificou como “canciones que hoy serían llamadas de protesta”.²⁹ Uma delas relacionava a luta pela Independência do Peru com a situação de “cativeiro” na qual se encontravam as comunidades do antigo sul, agora em posse do Chile:

Ya se acabaron aquellos tempos
de los peruanos la esclavitud,
hoy sólo gimen entre cadenas
nuestros hermanos allá en el sur.

Que viva Tacna, viva mi Patria,
vivan los héroes de grande honor,
una corona para los tacneños,
que no negaron a su nación.³⁰

Outra dizia respeito ao sentimento dos jovens de Tacna e Arica ao serem chamados para prestar o serviço militar obrigatório nas tropas chilenas:

Adiós, mi Tacna, querida,
adiós, Arica laurel.
Ya se va tu hijo querido
y no lo volverás a ver.
Si preguntan por mí, díganles
que preso voy

²⁷ Referência à família Freire que, como os Barreto, mantinha publicações de resistência – incluindo uma *Revista del Sur*, fechada pelos chilenos ainda na década de 1880.

²⁸ Versos citados na compilação da obra de Federico Barreto realizada por Reymundo Hualpa Condori. Cf. HUALPA CONDORI, Reymundo. *Poemas de Federico Barreto Bustíos*. Tacna: Municipalidad Distrital de Pocollay, 2012.

²⁹ BASADRE, Jorge. *La vida y la historia. Ensayos sobre personas y lugares*. Lima: Taller Industrial Gráfica, 1981, p. 27.

³⁰ BASADRE, Jorge. *La vida y la historia. Ensayos sobre personas y lugares*. Lima: Taller Industrial Gráfica, 1981, p. 27-28.

y el que quiera rescatarme
en Santiago de Chile estoy.³¹

Se nos versos acima aparece um intenso tom de resistência e oposição ferrenha aos chilenos, com o uso de imagens pesadas que reforçam a noção do “cativeiro” em que estariam sendo mantidas as duas cidades – a “escravidão” da época da colônia acabou, diz o primeiro exemplo, mas isso não foi suficiente para evitar que no sul ainda se gema entre correntes; ou, como dizem os recrutados do segundo exemplo, aqueles chamados para o Exército Chileno estão indo “presos”, e devem ser resgatados na capital do país ocupante –, a obra de Federico Barreto também fará uso de postulações que busquem ressaltar a situação de Tacna ao compará-la com a experiência de uma prisão ou da escravidão. Em um estudo sobre as questões de nacionalismo e identidade na fronteira chileno-peruana, Willian Skuban³² registra que, em 28 de julho de 1888, durante os festejos da Independência do Peru, Barreto recitou em cerimônia pública seu extenso poema “Desde el cautiverio”, que não chegou a ser editado em vida e que trazia uma mensagem do tipo:

Cuando, cansados ya de tantas penas
rompamos las cadenas
que tienen nuestra frente avergonzada
y alzándonos con fuerzas, que tendremos,
“¡somos libres!” gritemos
con la voz, con la idea y con la espada.³³

Essa retórica provavelmente é vista de forma ainda mais clara no soneto “A grito herido”, editado em livro anos mais tarde. Dedicado a Enrique Hurtado y Arias, colega de Barreto na revista *El Progresista*, outra publicação política de vida curta da qual fez parte, os versos afirmam que “preferível é morrer a ser escravo”, e concluem de forma eloquente: “somente os bois baixam a cabeça/ para que o lavrador lhes ponha o jugo”. Deste modo, escreve o “cantor do cativeiro”, nem mesmo as mãos do verdugo (que neste caso, evidentemente, é chileno) os peruanos deveriam ceder. A liberdade está em ser rebelde, exclama já no primeiro verso:

¡Ser rebelde es ser libre! Yo me alabo

³¹ *Ibidem*, p. 28.

³² SKUBAN, William E. *Lines in the Sand: Nationalism and Identity on the Peruvian-Chilean Frontier*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2007, p. 121.

³³ Este poema não foi incluído em nenhum dos livros publicados por Barreto em vida. O trecho citado é de uma versão póstuma, disponibilizada on-line pela Universidad Nacional Jorge Basadre Grohmann (UNJBG), de Tacna. Cf. BARRETO, Federico. *Poesías dispersas*. Tacna: UNJBG, s.d., p. 8-10. Disponível em < <http://www.unjbg.edu.pe/barreto/doc05.pdf> > Acesso em 17 fev. 2015.

de profesar por norma esta doctrina.
Para mi el hombre que la frente inclina
es digno de baldón y menoscabo.

Al siervo que es indócil y que es bravo
si no se humilla al fin, se le extermina...
¡Nada importa! ¡Que venga el que asesina!
¡Preferible es morir que ser esclavo!

Quien no puede surgir, tenga entereza,
y sea, mientras busca su mendrugo,
fuerte en su pena, grande en su pobreza...

¡No hay que ceder ni en manos del verdugo!
¡Sólo los bueyes bajan la cabeza
para que el labrador les ponga el yugo!³⁴

Federico Barreto, porém, não limita a construção de seus poemas ao canto de resistência, visto que não se reduz a uma simples oposição explícita ao invasor – como faziam os versinhos populares citados anteriormente ou as próprias linhas de “A grito herido”. O autor também traz uma clara expressão do nacionalismo peruano, em exaltações à Pátria que, embora trouxessem o mesmo sentido de contrariedade aos chilenos naquele contexto, poderiam ganhar novos significados se fossem lidas em outras épocas, sendo encaradas como pura exaltação aos valores nacionais independentemente de se viver sob ocupação estrangeira ou não. Seu trabalho interessa-nos precisamente por essa ressonância e permanência, não apenas no momento da publicação original – quando as edições dos poemas de protesto sempre se esgotaram rapidamente –, mas por Barreto seguir reconhecido ainda hoje como, possivelmente, o principal nome na comunidade literária de Tacna a atuar em prol da peruanidade.

Ainda que tenha escrito muitos poemas publicados de forma independente, em veículos diversos, que jamais foram editados em livro durante sua vida, Barreto chegou a publicar duas coletâneas antes de morrer em 1929, aos 67 anos de idade. Tratam-se dos livros *Algo mío: versos escritos en Tacna*, de 1912 (no qual estava incluído o soneto “A grito herido”, citado acima), e *Aroma de Mujer*³⁵, de 1927, uma obra já próxima do final de sua vida e dedicada exclusivamente a temáticas amorosas. É em *Algo mío* que sua poesia política ganha um registro mais perene. Embora os versos relativos à chilenização estejam também mesclados com poemas de amor a musas variadas, o próprio

³⁴ BARRETO, Federico. *Algo mío: versos escritos en Tacna*. Lima: Tip. La Voce d'Italia, 1912, p. 14.

³⁵ BARRETO, Federico. *Aroma de Mujer*. Lima: Imprenta César A. Castrillón, 1927.

subtítulo do volume – indicando que os poemas ali incluídos haviam sido escritos em Tacna – já avisa ao leitor sobre a relação dos textos com a cidade, e as circunstâncias então vividas naquele lugar.

Algo mío veio à luz pouco tempo depois do encerramento das atividades em *La Voz del Sur*, cuja gráfica havia sido inutilizada. Nessa altura, Barreto já era um nome bem conhecido por seu trabalho prévio no jornalismo, e também por sua atuação cotidiana como poeta militante da causa peruana. “His work glorified both Peru and Tacna and inspired nationalistic fervor among the residents of Tacna and Arica”, escreve William Skuban³⁶. A edição é publicada originalmente em Lima e se esgota rápido, com várias versões do livro chegando às mãos de conterrâneos de Barreto em sua cidade natal. Como dissemos, o poeta não se restringe a expor em seu trabalho a contrariedade à chilenização, buscando principalmente exaltar os valores do Peru, mesmo quando os ocupantes de Tacna sequer são mencionados de forma clara ao longo das estrofes. No primeiro texto incluído no livro, um soneto intitulado propriamente “Al Perú”, Federico Barreto adota esse estilo:

Patria del corazón! La suerte, un día,
te hundió en el pecho con furor la espada,
y hoy, abatida pero no humillada
pareces un león en la agonía

Antes, cuando dichosa te veía,
fuiste por mí con entusiasmo amada;
pero hoy, que veo que eres desgraciada,
no te amo ya... ¡te tengo idolatría!

¡Oh! ¡Quién pudiera, Patria, quién pudiera
disipar las tinieblas de tu cielo
y sucumbir envuelto en tu bandera!

Yo, tal fortuna es todo lo que anhelo,
¡y que me echen de cara, cuando muera,
para besar el polvo de tu suelo!³⁷

A Pátria de Barreto está com o peito violentado pela espada e desgraçada, mas isso parece importar menos do que a força do amor à bandeira, ao Peru e à luta por voltar a identificar-se – no caso dos *tacneños* – com tudo isso: tenho idolatria, insiste o poeta, e fala da fortuna que seria beijar o solo

³⁶ SKUBAN, William E. *Lines in the Sand: Nationalism and Identity on the Peruvian-Chilean Frontier*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2007, p. 121.

³⁷ BARRETO, Federico. *Algo mío: versos escritos en Tacna*. Lima: Tip. La Voce d'Italia, 1912, p. 7.

do Peru e sucumbir envolto na bandeira. Com efeito, a mensagem muito nítida de “A grito herido”, sobre a necessidade de não se submeter ao invasor, não acompanha o tom de outros poemas, nos quais é a exaltação da peruanidade que alcança o destaque maior: no caso de “Al Perú”, mesmo com o coração ferido pela espada, a Pátria não está humilhada e, ao contrário, ainda ruga como um leão.

A estratégia de se referir cada vez menos à chilenuzação de forma explícita, mencionando-a apenas de passagem e sempre como uma preparação para ressaltar o brilho dos peruanos, é algo que se desenha de diversos modos: pela referência a heróis nacionais do Peru, pela repetida menção à bandeira do país e, inclusive, às saudades que Federico Barreto eventualmente sentiu de sua cidade natal – em versos escritos nos momentos em que se distanciou de Tacna por razões políticas. Se Anne-Marie Thiesse fala em uma “*check-list* identitária³⁸” como centro das representações de uma nação, não há dúvidas de que Barreto recorreu a símbolos desse imaginário, símbolos próprios do Peru, como quando menciona os heróis nacionais. Heróis que, frequentemente, têm relação direta com as lutas que levaram à situação vivida então por Tacna e Arica³⁹ – não se trata, digamos, de nomes incluídos no panteão na época da Independência, mas sim de militares mortos na defesa do território peruano durante a Guerra do Pacífico. Em “La tumba del titán”, também um soneto, o homenageado é Alfonso Ugarte, morto em 1880 durante a Batalha de Arica, ao lançar-se a cavalo do topo de um precipício com a bandeira peruana em mãos, a fim de evitar que as tropas chilenas tomassem o estandarte como troféu de guerra. Os versos de Federico Barreto fazem menção ao episódio:

Arriba, sobre el Morro soberano
que el mar socava, y sin cesar azota,
Alfonso Ugarte, el inclito patriota,
el hierro esgrime en la incansable mano.

La sangre corre de la cumbre al llano;
más viendo el héroe su fatal derrota,
empuña su bandera que allí flota
y se lanza con ella hasta el océano.

A presenciar el fin de este heroísmo,
tanto vencidos como vencedores

³⁸ THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002, p. 9.

³⁹ Mesmo quando isso não ocorre diretamente, um nome homenageado por Federico Barreto nos poemas de *Algo mío* invariavelmente tem relação com algum episódio que tenha despertado o orgulho nacional peruano. É o caso, por exemplo, do soneto “El águila de los Alpes”, escrito em outubro de 1910, poucos dias após a morte de Jorge Chávez – um pioneiro da aviação, Chávez havia morrido em 27 de setembro daquele ano, após um acidente ocorrido quando tentava se tornar o primeiro homem a cruzar os Alpes pelo ar, viajando da França à Itália. Chávez efetivamente realizou a travessia, acidentando-se durante a aterrissagem, após seu avião ter sido danificado pelos ventos do topo da cordilheira. Décadas mais tarde, o Aeroporto Internacional de Lima, inaugurado em 1960, receberia seu nome.

se asomaron al borde del abismo...

y mezclando banderas y clamores,
 “¡Gloria!” – gritaron desde aquella altura –
 ¡Para tal corazón tal sepultura!⁴⁰

Alguns poemas adiante em *Algo mío*, o homenageado será o coronel Francisco Bolognesi, que comandou o próprio Alfonso Ugarte durante a Batalha de Arica. No soneto “El Gólgota de Arica”, Barreto vai ao extremo de comparar o militar peruano a Jesus Cristo, afirmando que Bolognesi marchou na direção da morte “como um Deus”, e que o Morro de Arica era como o Calvário, o Gólgota no qual Cristo perecera:

El Morro hacia el océano se adelanta
 como un león que acecha lo infinito...
 Ruge el mar y parece que su grito
 ¡lo hace estallar la fiera en su garganta!

El Morro asombra y, a la vez, espanta.
 Finge – si se le mira de hito en hito –
 un gigantesco puño de granito
 ¡que, amenazando al Cielo, se levanta!

Sobre ese monte inmenso y solitario,
 Bolognesi, el guerrero de renombre,
 murió como Jesús en el Calvario.

y ambos son inmortales por su suerte:
 El Cristo, que era Dios, murió como un hombre.
 ¡El hombre, como un Dios, marchó a la muerte!⁴¹

É de se notar que Federico Barreto já havia escrito, décadas antes da publicação de *Algo mío*, pelo menos um poema laudatório aos militares envolvidos nessa batalha. Em 1890, após o governo peruano receber do Chile a permissão de transferir a Lima os restos mortais dos soldados caídos no Morro de Arica, o poeta voltou à carga com a leitura pública do poema “La legión guerrera” (“Ayer con voz potente pero triste,/ quiero héroes nos dijiste/ que aventajen aquellos de Ayacucho/ y, allí, en la

⁴⁰ BARRETO, Federico. *Algo mío: versos escritos en Tacna*. Lima: Tip. La Voce d'Italia, 1912, p. 38.

⁴¹ *Ibidem*, p. 45.

cumbre de ese Morro fiero,/ luchó este pueblo entero/ hasta quemar el ultimo cartucho⁴²”), em solo *ariqueño*. Comenta William Skuban, a respeito da comoção causada pelos versos do poeta de Tacna: “According to the newspaper *El Morro*, Barreto’s oratory caused the emotion of the ariqueños to overflow in tears and awesome silence”.⁴³

Assim como os heróis nacionais servem para reforçar a relação do autor – e, por extensão, de sua Tacna natal – com o Peru e o que se entendia por expressão da nação peruana, também a distância da cidade em que nascera serve de ensejo para Federico Barreto demonstrar a afeição *tacneña* pelos valores patrióticos peruanos. É o caso de “Lejos del Hogar” (“Por ella, por mi Patria, yo daría/ cuanto tengo el mundo de querido.../ ¡La vida, sin quitarle ni un latido,/ si ella, mi Patria, me la pide un día!/ Proscrito de mis lares, sólo anhelo/ regresar a mi Tacna, dulce y bella,/ para besar las piedras de su suelo⁴⁴”) e, talvez de forma ainda mais notória, nos versos de “Desde el destierro”, nos quais Barreto diz estar proscrito de sua terra pelo “crime inaudito” de “adorar minha pátria”. Se essa era mesmo a pena, dizia, então se sentia honrado, lançando em seguida um apelo a Tacna e seu povo: que suportasse seu “tormento”, que atravessasse o sofrimento sem lançar “nem um lamento” e que, se preciso fosse, morresse “com o valor do mártir na fogueira”. Que faça tudo isso mas, acima de tudo, que jamais “mude de bandeira”:

De mi suelo natal estoy proscrito,
y al verme aquí, tan lejos de mis lares,
la indignación ahoga mis pesares,
y en lugar de una queja, lanzo un grito.

¿Cuál fue, decid, mi crimen inaudito?
¿Adorar a mi patria en sus altares?
¿Consagrarle mi brazo y mis cantares?
¡Pues hónrame la pena y el delito!”

¡Madre Tacna! Soporta tu tormento
con el valor del mártir en la hoguera.
¡Muéstrate grande hasta el postrer momento!

⁴² Também não incluído nos livros publicados por Barreto em vida, a exemplo de “Desde el cautiverio”, “La legión guerrera” está incluído na coletânea disponibilizada na Internet pela UNJBG, de onde citamos esse trecho. O verso “hasta quemar el último cartucho” faz menção à promessa do coronel Francisco Bolognesi, de que seus soldados – em menor número frente às tropas chilenas – lutariam até quando houvesse munição, sem se entregar. Cf. BARRETO, Federico. *Poesías dispersas*. Tacna: UNJBG, s.d., p. 21. Disponível em < <http://www.unjbg.edu.pe/barreto/doc05.pdf> > Acesso em 17 fev. 2015.

⁴³ SKUBAN, William E. *Lines in the Sand: Nationalism and Identity on the Peruvian-Chilean Frontier*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2007, p. 122.

⁴⁴ BARRETO, Federico. *Algo mío: versos escritos en Tacna*. Lima: Tip. La Voce d’Italia, 1912, p. 55.

Fija está en ti la humanidad entera.
¡Sufre, pero no lances ni un lamento!
¡Muere, pero no cambies de bandera!⁴⁵

E é a bandeira, escolhida para encerrar esse soneto, a presença mais constante em toda a obra de Federico Barreto. Nenhuma expressão da nacionalidade peruana parecia resumir tão bem quanto o pavilhão nacional todos os valores que se queria atribuir à condição de ser peruano. A glorificação da bandeira aparece, com maior ou menor destaque, em quase todos os textos de Barreto dedicados a exaltar a peruanidade, e também surge em dois poemas dedicados exclusivamente ao estandarte incluídos em *Algo mío*: o primeiro é “Mi patria y mi bandera”, soneto que mais tarde seria musicado e, com isso, tornou-se um dos escritos mais conhecidos de Federico Barreto, com frequência entoado nas marchas e demonstrações realizadas nas datas cívicas do Peru. A estrofe inicial clama: “Desde que vi la luz mi pecho anida/ dos amores; mi patria y mi bandera./ Por mi patria, el Perú, doy yo la vida/ Por mi bandera, el alma ¡el alma entera!”.⁴⁶

No “Himno rojo”, um dos raros textos de *Algo mío* que não está estruturado como um soneto, novamente a exaltação nacional é feita através de uma menção à bandeira. Federico Barreto declara seu amor à cor *roja*, ao vermelho: é a cor do sangue dos heróis, escreve; é o símbolo da guerra e da rebelião; é a cor das vinganças e do ferro ardente que cauteriza as chagas. Mas é também, como escreve o poeta a certa altura, a cor das “rosas de mi Tacna”. O longo poema conclui com cinco versos bastante significativos, tanto pela metalinguagem utilizada – ao, de certa forma, fazer uma menção à sua própria atuação, sendo a língua que maldiz os “tiranos” – como pela simbologia nacionalista que encerra. O amor pelo vermelho, mais do que qualquer outro dos vários motivos citados, se dá pela presença da cor no pavilhão peruano: “Roja es la lengua que canta/ y maldice a los tiranos,/ y roja, en fin, roja y blanca,/ la bandera que más amo:/ ¡la bandera de mi Patria!”.⁴⁷

Ainda que Federico Barreto pertencesse a círculos de elite, as leituras públicas de seus poemas e a grande circulação de seus livros – e de alguns textos difundidos em impressões clandestinas – possibilitavam que a ressonância dos textos transcendesse esses grupos, fazendo com que os versos se tornassem parte do imaginário que mantinha uma defesa da nacionalidade peruana mesmo em meio à chilenização. De fato, não apenas na erudição dos poemas essa militância artística se deu, mas também na atuação jornalística, nos seus textos em prosa. Iguamente ali o uso de símbolos nacionais, em particular a bandeira, é muito caro a Barreto. Sem nos estendermos em demasia, citemos apenas o caso exemplar de um de seus textos mais famosos, documentando um

⁴⁵ BARRETO, Federico. *Algo mío: versos escritos en Tacna*. Lima: Tip. La Voce d'Italia, 1912, p. 61.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 21.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 34-35.

episódio ocorrido em 28 de julho de 1901, por ocasião do primeiro aniversário da Independência do Peru após as autoridades chilenas proibirem oficialmente os festejos pela data em todo o território de Tacna. Num dos primeiros trabalhos a registrar o acontecimento, intitulado “La procesión de la bandera (episodio del cautiverio de Tacna)” e publicado vinte anos mais tarde pela *Revista Variedades*, de Lima, Federico Barreto descreve: naquele dia, a população conseguiu amolecer as ordens vindas de Santiago e saiu às ruas para uma procissão silenciosa – o silêncio foi a condição imposta pelas autoridades para permitir a marcha que havia sido inicialmente proscrita. Nessa caminhada, carregaram a bandeira pelas ruas da cidade. Escreve Barreto:

Apareció el estandarte en la puerta del templo, y las diez mil personas congregadas en el atrio y en las calles inmediatas se agitaron un momento y luego, sin previo acuerdo, como impulsados por una sola e irresistible voluntad, cayeron, a la vez, de rodillas extendiendo los brazos hacia la enseña bendita de la Patria.⁴⁸

De certo modo, ao descrever – talvez exageradamente – as reações patrióticas em termos de uma “irresistible voluntad”, Barreto se alia ao discurso ainda muito em voga, à época, imaginando um nacionalismo intrínseco e natural. Ao mesmo tempo documentando – com algum romantismo – os atos de resistência civil levados a cabo pela população de Tacna, e registrando seus próprios sentimentos a respeito do período do “cautiverio”, o poeta contribuiu diretamente para elaborar uma imagem da luta contra a chilenização – algo que, especialmente após o processo de imposição dos valores chilenos ter se revelado bem-sucedido em Arica, acabou tendo uma significação ainda maior quando se considerava o caso de Tacna. Com o tempo, e com os textos de Federico Barreto sendo parte da constituição desse imaginário, a resistência de Tacna se consolidaria como parte de um discurso mais amplo sobre a defesa de símbolos e valores tradicionalmente peruanos, convertendo-se ela própria em um exemplo para a nação e criando suas próprias tradições nesse sentido. A Procissão da Bandeira registrada no fragmento acima, por exemplo, ainda hoje é realizada anualmente pelos *tacneños* como expressão patriótica – mas foi ressignificada a partir dos acontecimentos posteriores: a marcha pelas ruas da cidade com o estandarte em mãos já não ocorre em 28 de julho, mas um mês depois, no dia 28 de agosto, data em que a cidade retornaria ao controle peruano em 1929.

⁴⁸ BARRETO, Federico. La procesión de la bandera (episodio del cautiverio de Tacna). *Revista Variedades*, Edición del Centenario de la Independencia, Año XVII, n. 700, Lima, 30 de julio de 1921.

Considerações finais

Nos longos anos em que Tacna e Arica permaneceram sob o controle do Chile – sempre com a possibilidade difusa da realização futura de um plebiscito –, a historiografia oficial chilena seguiu argumentando sobre a necessidade e, mesmo, o direito de controlar tais regiões: “Tacna y Arica, en otras manos que no en las de Chile, son una amenaza para su seguridad y no ofrecen garantías a la paz internacional en que la Nación desea y debe servir”, escrevia Carlos Varas em 1922.⁴⁹ Ainda assim, apenas sete anos mais tarde, Chile e Peru acordaram os termos da nova fronteira, com Tacna voltando ao “sul” peruano e Arica se mantendo no extremo norte chileno. Ironicamente, Barreto não viveria muito tempo após a realização de seus anseios: faleceu em 30 de outubro de 1929, dois meses e dois dias após a reincorporação de Tacna ao mapa do Peru.

Muitas razões foram apontadas para a diferença no avanço da chilenização em uma cidade e outra, e a mais consensual diz respeito às características econômicas de cada cidade. Em Tacna havia um predomínio de uma sociedade de classe média na cidade e de propriedades minifundiárias ao redor, o que ajudou a manter uma unidade e uma identificação com o período anterior à ocupação: “no solo se defiende el Perú, creemos que también hay una defensa férrea a la propiedad personal, familiar, al legado de los abuelos, al pequeño terreno que se tiene, del cual se vive y con la cual los tacneños están profundamente identificados desde siempre”, argumenta Pachari Romero.⁵⁰

Em Arica, por outro lado, o dinamismo de ser uma cidade portuária favoreceu a implantação de uma população mais identificada com o nacionalismo chileno, através da retirada e substituição de antigos trabalhadores ligados ao porto e à aduana, bem como à grande migração proporcionada pela construção da ferrovia ligando a cidade a La Paz – um dos pontos acordados entre Chile e Bolívia após a Guerra do Pacífico:

En el puerto de Arica [...] vino a ser lentamente y con la complicidad del tiempo, favorecida la tarea de arrancar idénticas raíces mediante la obligada evacuación de la gente antigua que trabajaba en las faenas marítimas y en las empresas de comercio, principalmente vinculadas a la aduana, así como también por medio de todo lo que significó el aporte del personal directa o indirectamente anexo a la vía férrea a La Paz.⁵¹

A manutenção de Arica por parte do Chile, apesar da longa demanda do governo peruano por um desfecho distinto, foi um duro golpe às pretensões de Lima, mas teve o efeito colateral de

⁴⁹ VARAS, Carlos. *Tacna y Arica bajo la soberanía chilena*. Santiago de Chile: Imprenta de La Nación, 1922, p. 214.

⁵⁰ PACHARI ROMERO, Rubén. La chilenización de Tacna. *Revista Percepción*, v. 3-4, Arica, 2000, p. 106.

⁵¹ BASADRE, Jorge. Prólogo. In: PALACIOS RODRÍGUEZ, Raúl. *La chilenización de Tacna y Arica 1883-1929*. Arica: Editorial Arica, 1974, p. 8-9.

reposicionar Tacna na narrativa desse período, exaltando-a como uma singularidade de resistência. Se o antigo conceito de Ernest Renan, compreendendo a existência da nação como um “plebiscito de todos los días”⁵², isto é, um ato de identificação voluntária, parece não se sustentar sempre, não há dúvidas de que a defesa dos *tacneños* por valores peruanos foi muitas vezes colocada desta forma em trabalhos que abordaram o tema. É certo, de todos os modos, que os argumentos sobre a situação elaborados em Tacna durante o período de ocupação chilena, como os poemas de Federico Barreto, seriam eles próprios alvo de outras significações futuras, na readequação dos discursos a respeito da Guerra do Pacífico e do processo de chilenização.

Talvez um caso exemplar, dentro do campo artístico-literário, de como a representação de Barreto foi revisitada com o passar dos anos, seja a peça *A Senhorita de Tacna*, de Mario Vargas Llosa, cujo texto foi publicado em 1981. Nela, a personagem principal, Elvira “Mamaé”, lembra os dias de juventude, quando estava prometida para se casar com Joaquín, um militar chileno – mas sonhava mesmo com os poemas de Federico Barreto, que teria dedicado a ela alguns versos. A jovem inclusive tenta convencer o noivo a ler algo de Barreto mas, longe de Elvira, Joaquín não faz mais do que desprezar os versos do poeta que defendia a peruanidade: Elvira era, segundo o militar estrangeiro, “uma bonequinha sem sangue, uma boba que acredita que amor é ficar lendo versos de um poeta idiota chamado Frederico Barreto”.⁵³

O casamento nunca se realiza: o chileno trai Elvira, numa das tantas imagens mordazes da peça de Vargas Llosa, e a jovem envelhece, torna-se Mamaé e morre solteirona. Ainda em seus últimos dias, numa dubiedade que o texto não faz questão de resolver se é uma memória inventada ou um acontecimento efetivo, Elvira seguirá lembrando do poema que Barreto teria escrito para ela – numa metáfora da luta contra a chilenização, a personagem sonha com o amor do poeta patriota, mas está presa a um noivado falido com um chileno. Mario Vargas Llosa não dá margem para dúvidas quanto ao sentimento de Mamaé: questionada pelo neto sobre o dia mais feliz de sua vida, afirma sem titubear – “O dia em que Tacna se reincorporou ao Peru, meu menino!”⁵⁴

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARRETO, Federico. *Algo mío: versos escritos en Tacna*. Lima: Tip. La Voce d'Italia, 1912.

⁵² RENAN, Ernest. ¿Qué es una nación? [1882]. In: FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro (comp.). *La Invención de la Nación: Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha*. Buenos Aires: Manantial, 2000, p. 65.

⁵³ *Frederico Barreto*: mantivemos a grafia encontrada na versão traduzida para o português que consultamos, realizada por Millôr Fernandes para a primeira edição brasileira da peça. Cf. VARGAS LLOSA, Mario. *A Senhorita de Tacna*. São Paulo: Francisco Alves, 1981, p. 42.

⁵⁴ VARGAS LLOSA, Mario. *A Senhorita de Tacna*. São Paulo: Francisco Alves, 1981, p. 14.

- BARRETO, Federico. *Aroma de Mujer*. Lima: Imprenta César A. Castrillón, 1927.
- BARRETO, Federico. *Poesías dispersas*. Tacna: UNJBG, s.d. Disponible em <<http://www.unjbg.edu.pe/barreto/doc05.pdf>> Acceso em 17 fev. 2015.
- BARRETO, Federico. La procesión de la bandera (episodio del cautiverio de Tacna). *Revista Variedades*, Edición del Centenario de la Independencia, Año XVII, n. 700, Lima, 30 de julio de 1921.
- BASADRE, Jorge. Prólogo. In: PALACIOS RODRÍGUEZ, Raúl. *La chilenización de Tacna y Arica 1883-1929*. Arica: Editorial Arica, 1974.
- BASADRE, Jorge. *La vida y la historia*. Ensayos sobre personas y lugares. Lima: Taller Industrial Gráfica, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. Espíritus de Estado. In: _____. *Razões Práticas*. Sobre a teoria da ação. 11ª ed. Campinas: Papirus, 2011, p. 91-135.
- COSAMALÓN AGUIAR, Jesús. El nombre del Perú. Identidad y cambio en los primeros años de la República. In: CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS, Aimer (comp.). *Crear la nación: Los nombres de los países de América Latina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008, p. 155-172.
- GELLNER, Ernst. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GONZÁLEZ MIRANDA, Sergio. *El dios cautivo: las Ligas Patrióticas en la chilenización compulsiva de Tarapacá (1910-1922)*. Santiago de Chile: LOM, 2004.
- GUEVARA, Willy. *Tacna, la chilenización imposible*. Visión del proceso de chilenización de Tacna y Arica (1880-1929). Tacna: Edición para distribución virtual, 2012.
- HALL, Stuart. As culturas nacionais como comunidades imaginadas. In: _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. 16ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- HUALPA CONDORI, Reymundo. *Poemas de Federico Barreto Bustíos*. Tacna: Municipalidad Distrital de Pocollay, 2012.
- HURTADO LÓPEZ, Paula. Sin Dios ni ley: violencia, incomprensión y desamparo. La situación de Tacna, Arica y Tarapacá tras la Guerra del Pacífico, a la luz del diario El Comercio y la revista Variedades, 1910-1912. *Letras Históricas*, n. 2, Guadalajara, primavera-verano 2010, p. 133-153.
- KÖNIG, Hans-Joachim. "Nacionalismo y Nación en la Historia de Iberoamérica". In: KÖNIG, Hans-Joachim; PLATT, Tristan; LEWIS, Colin (coord.). *Estado-nación, Comunidad Indígena, Industria: Tres debates al final del milenio*. Ridderkerk: Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos, 2000.
- McEVOY, Carmen. De la mano de Dios. El nacionalismo católico chileno y la Guerra del Pacífico, 1879-1881. *Histórica*, v. 28, n. 2, Lima, 2004, p. 83-136.

- PACHARI ROMERO, Rubén. La chilenización de Tacna. *Revista Percepción*, v. 3-4, Arica, 2000, p. 106.
- PIMENTA, João Paulo. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata 1808-1828*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- RENAN, Ernest. ¿Qué es una nación? [1882]. In: FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro (comp.). *La Invención de la Nación: Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha*. Buenos Aires: Manantial, 2000, p. 53-66.
- SAGREDO BAEZA, Rafael. Chile: de fines terrae imperial a “copia feliz del edén” autoritario. In: CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS, Aimer (comp.). *Crear la nación: Los nombres de los países de América Latina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008, p. 41-67.
- SKUBAN, William E. *Lines in the Sand: Nationalism and Identity on the Peruvian-Chilean Frontier*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2007.
- THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002, p. 7-23.
- VARAS, Carlos. *Tacna y Arica bajo la soberanía chilena*. Santiago de Chile: Imprenta de La Nación, 1922.
- VARGAS LLOSA, Mario. *A Senhorita de Tacna*. São Paulo: Francisco Alves, 1981.